

RELATÓRIO

O Sector da Construção em Portugal - 2016

**Julho
2017**



Ficha Técnica

Título:

Relatório Anual do Sector da Construção em Portugal | 2016

Autoria:

Catarina Gil

Coordenação Geral:

Pedro Ministro

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
Av. Júlio Dinis,11
1069-010 Lisboa
Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico	5
1.1. Produto Interno Bruto (PIB)	6
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	7
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB).....	9
1.4. O Índice de Preços no Consumidor	11
1.5. O Mercado de Trabalho	11
2. O mercado em Portugal - indicadores sectoriais	13
2.1. Contextualização	13
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas.....	14
2.3. Obras Públicas.....	16
2.4. Taxa de juro implícita	16
2.5. Valores médios de avaliação bancária	17
2.6. Índice de Produção na Construção.....	19
2.7. Vendas de cimento para o mercado interno.....	19
2.8. Índice de Custos de Construção	20
2.9. Segurança no Trabalho.....	20
3. O tecido empresarial do sector da construção	21
3.1. Títulos emitidos.....	21
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás	22
3.1.2. Distribuição geográfica	23
3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2015	24
3.2.1. Sector da construção	24
4. A EUROPA.....	28
4.1. Portugal e os países do <i>Euroconstruct</i>	28
5. Síntese.....	31
6. Fontes Estatísticas	32

Quadros

Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2006/2016 – Taxa de variação anual %	6
Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB - taxa de variação anual %	7
Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume	7
Quadro 4 – Evolução do Valor Acrescentado Bruto em volume	9
Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos em construções novas por região	15
Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso	16
Quadro 7 – Evolução da Taxa de juro implícita	16
Quadro 8 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²)	18
Quadro 9 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)	19
Quadro 10 – Classes de alvarás	21
Quadro 11 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará	22
Quadro 12 – Amostra das empresas objeto de análise	24
Quadro 13 – Liquidez Geral	25
Quadro 14 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe	25
Quadro 15 – Autonomia Financeira	26
Quadro 16 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe	26
Quadro 17 – Rentabilidade dos Capitais Próprios	26
Quadro 18 – Custos com Pessoal	27
Quadro 19 – Volume de Negócios em Obra	27
Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)	28
Quadro 21 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %)	29
Quadro 22 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %)	29
Quadro 23 – Engenharia Civil (Variação da produção %)	30

Gráficos

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – Dados encadeados em volume (Taxa de variação homóloga %)	6
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)	8
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - Dados encadeados em volume (Taxa de variação anual %)	8
Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)	9
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)	10
Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)	10
Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)	11
Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)	12
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)	12
Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)	13
Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2016	14
Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre	15
Gráfico 13 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento	17
Gráfico 14 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²)	18
Gráfico 15 – Índice de produção na construção	19
Gráfico 16 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)	20
Gráfico 17 – Número de acidentes de trabalho mortais	20
Gráfico 18 – Títulos habilitantes válidos 2010/2016	22
Gráfico 19 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2016)	23
Gráfico 20 – Distribuição de Certificados por Região Nuts II (2016)	23

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa, desde os finais de 2014 tem vindo a apresentar uma recuperação gradual, após a implementação do processo de ajustamento da economia portuguesa, iniciado no 1º semestre de 2011 e concluído em maio de 2014.

O ano de 2016 ficou marcado pela consolidação da recuperação económica iniciada em 2014. As taxas de crescimento dos indicadores são, agora, mais sustentadas, embora com um ligeiro abrandamento face a 2015.

Segundo dados do INE, 2011, 2012 e 2013, foram anos em que a atividade económica portuguesa registou uma contração significativa na maior parte dos indicadores macroeconómicos, sendo que em 2014, o PIB registou uma variação positiva, desde a chegada da *Troika*, marcando também o regresso ao crescimento do consumo privado. Em 2015 consolidou esta variação positiva, com uma taxa de crescimento de 1,6% e em 2016 com uma taxa de crescimento de 1,4%.

No entanto o sector da construção ainda apresenta indicadores que ficam aquém de uma possível recuperação. O índice de produção no setor registou uma variação homóloga de -3,3%, tendo no ano anterior registado cerca de -2,3%. O investimento neste setor apresentou uma variação homóloga negativa de -2,2% e de -1,8% do VAB das empresas de construção, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE.

Por outro lado, o emprego no sector apresentou uma evolução positiva com um crescimento de 4,5%, correspondendo a 289,9 mil indivíduos, mais 12,4 que em 2015. O peso deste sector equivale a 6,3%.

Este contexto macroeconómico também teve repercussões ao nível dos agentes económicos licenciados pelo IMPIC. As licenças para o setor da construção e do imobiliário apresentaram um crescimento face a 2015. No final de 2016, o número de agentes económicos com licença válida para a atividade da construção, aumentou 3.072 (6,5%) face a 2015.

Os detentores de alvará registaram um acréscimo de 9,9% (+ 1.847 agentes) e os detentores de certificados de Empreiteiro (anteriores Títulos de Registo), um acréscimo de 4,3% (+1.225 certificados) em relação a 2015.

Na área do imobiliário, verificou-se um aumento de 487 empresas de mediação imobiliária, o que representou uma variação positiva de 12,2%, face a 2015.

1.1. Produto Interno Bruto (PIB)

Em 2016, a evolução do PIB, apresentou uma variação positiva de 1,4% em termos reais, menos 0,2 pontos percentuais que em 2015.

O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu (passando de 2,5% em 2015 para 1,5% em 2016), refletindo, principalmente, a redução do investimento e um ligeiro abrandamento do consumo privado.

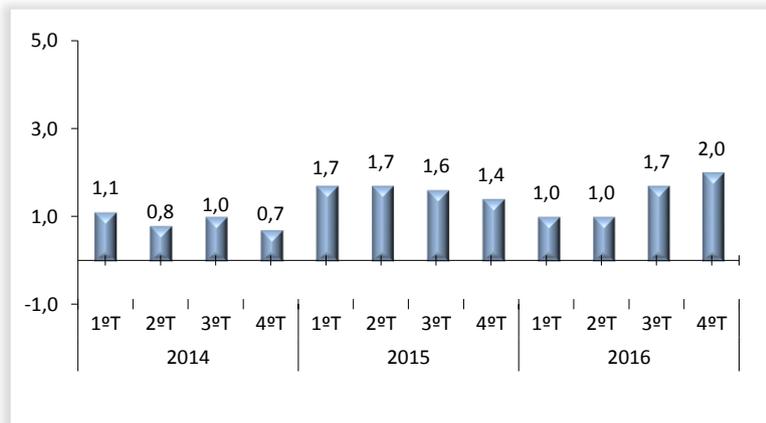
Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2006/2016 – Taxa de variação anual %

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	1,6	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,6	1,4

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

Na análise trimestral, a variação homóloga do PIB em 2016 apresentou-se também positiva, no seguimento dos trimestres anteriores.

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – Dados encadeados em volume (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

As exportações e importações de bens e serviços registaram um crescimento de 4,4%, observando-se um abrandamento nas duas componentes face a 2015.

Em termos nominais, o PIB situou-se em cerca de 185 mil milhões de euros neste último ano.

Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB - taxa de variação anual %

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Procura Interna	0,9	2,2	1,1	-3,5	1,9	-5,7	-7,3	-2,0	2,2	2,5	1,5
Exportações	12,4	7,3	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4
Importações	7,5	5,4	2,5	-9,9	7,8	-5,8	-6,3	4,7	7,8	8,2	4,4

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem tido um comportamento irregular ao longo dos anos. Em 2016 apresentou uma variação anual negativa de 0,3% após registar variações positivas nos dois últimos anos. Destaque-se para os anos de 2011 e 2012 em que a FBCF decresceu 12,5% e 16,6% respetivamente.

Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume

	Unidade: milhões de euros										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
FBCF Total	39.151,0	40.365,4	40.514,4	37.447,3	37.094,9	32.451,8	27.057,7	25.689,8	26.287,1	27.468,7	27.399,0
Taxas de Variação Anual %	-0,8	3,1	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-16,6	-5,1	2,3	4,5	-0,3
FBCF da Construção	24.888,3	24.774,3	23.703,3	22.050,0	21.217,7	19.040,7	15.225,9	13.368,1	12.888,7	13.418,6	13.116,7
Taxas de Variação Anual %	-4,5	-0,5	-4,3	-7,0	-3,8	-10,3	-20,0	-12,2	-3,6	4,1	-2,2

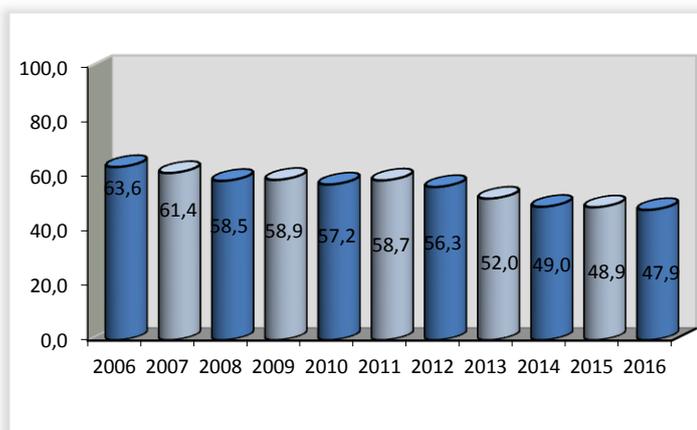
Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trimestre de 2016 e ano 2016

Refira-se que em 2016 a FBCF no sector da construção foi a componente que mais contribuiu para a redução da FBCF total neste ano, com uma variação de -2,2% em volume comparando com 4,1% em 2015.

Observando o quadro, verifica-se aliás, que a FBCF no sector da construção, apenas em 2015 apresentou uma variação positiva, nesta última década.

Não obstante, é notório que o peso da FBCF da construção tem perdido consistentemente peso na FBCF total. O ano de 2012 foi um ano em que o investimento no setor da construção sofreu uma queda significativa (-20%). Já em 2016 o peso da FBCF do sector apresentou uma ligeira diminuição passando de 48,9% em 2015 para 47,9% no investimento total.

Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)

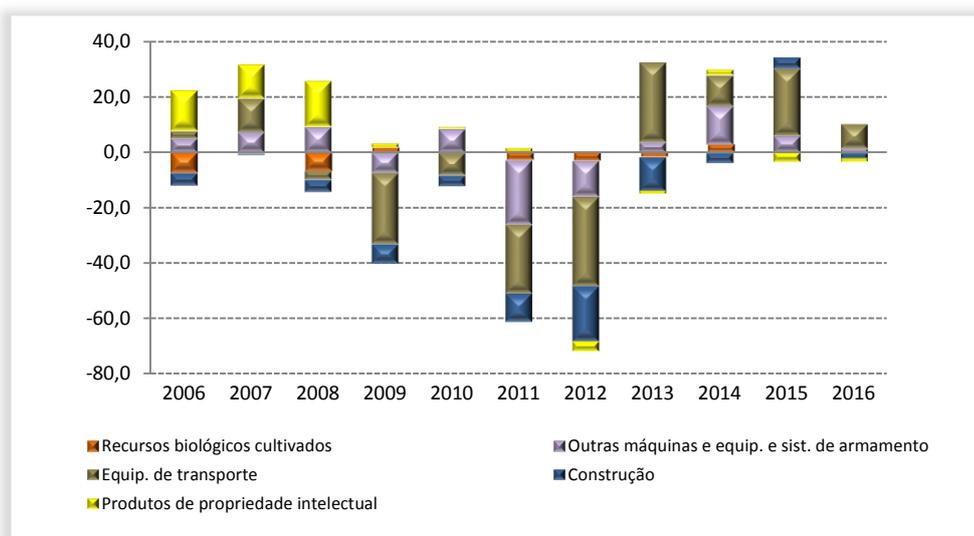


Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

O segmento da construção foi um dos que mais sofreu nos anos apresentados, tendo sido o que mais contribuiu para a redução do investimento. Embora, em 2015 este comportamento tenha alterado, 2016, veio confirmar a tendência apresentada nos anos anteriores.

A FBCF da construção passou de uma taxa de 4,1% em 2015 para um decréscimo de -2,2% bem como a FBCF em Outras máquinas e Equipamentos passando de um crescimento de 6,0% em 2015 para 1,4% em 2016.

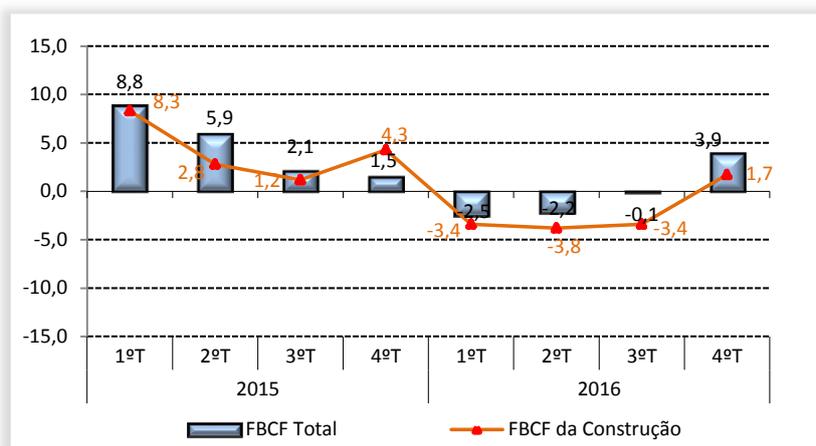
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - Dados encadeados em volume (Taxa de variação anual %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

Numa análise trimestral, o comportamento da FBCF apresentou uma maior variação ou oscilação. No ano de 2015 a FBCF no sector da construção apresentou sempre variações positivas começando em 2016 a inverter essa tendência e apenas no último trimestre de 2016 voltou a registar uma variação positiva de 1,7%.

Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou uma taxa de variação positiva de 1,4%, após ter apresentado em 2015 uma taxa de variação de 1,6%.

No sector da construção, o VAB apresentou uma variação negativa de -1,8%, após sucessivos anos de taxas de variações negativas. Em 2015 esta variação foi nula.

Quadro 4 – Evolução do Valor Acrescentado Bruto em volume

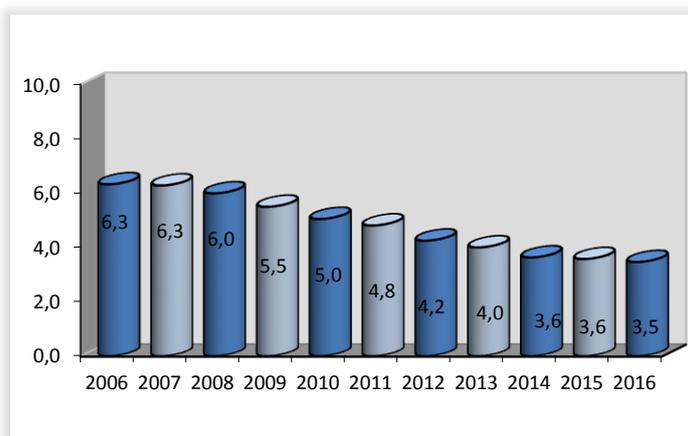
Unidade: milhões de euros

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
VAB Total	176.741,2	181.145,6	181.506,6	176.101,2	179.444,8	176.166,6	169.070,1	167.159,4	168.652,3	171.392,8	173.711,3
Taxas de Variação Anual %	1,6	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,6	1,4
VAB da Construção	11.170,2	11.369,4	10.868,1	9.670,1	9.051,6	8.464,5	7.179,2	6.683,5	6.119,9	6.122,0	6.011,3
Taxas de Variação Anual %	-2,4	1,8	-4,4	-11,0	-6,4	-6,5	-15,2	-6,9	-8,4	0,0	-1,8

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

À semelhança do que se verifica com a FBCF, também o VAB no sector da construção viu diminuir o seu peso, perdendo 2,8 pontos percentuais de 2006 (quando representava 6,3% do VAB total) para 2016 (3,5%). Esta perda de peso relativo corresponde a uma diminuição do valor nominal do VAB da construção, que de um valor de 11.170 milhões de euros em 2006, passou para 6.011 milhões de euros em 2016, diminuindo nominalmente 46,1%.

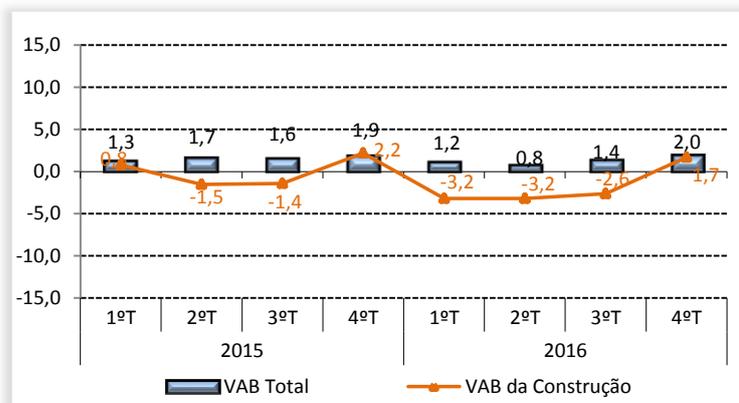
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

Numa análise trimestral, constata-se que em 2016 o VAB da construção apresentou um desempenho inferior ao da economia, tal como tem sido a tendência nos últimos anos. Destaque-se para a variação apresentada no 4º trimestre de 2015 e 2016 em que registou uma taxa de variação positiva de 2,2% e 1,7% respetivamente.

Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)



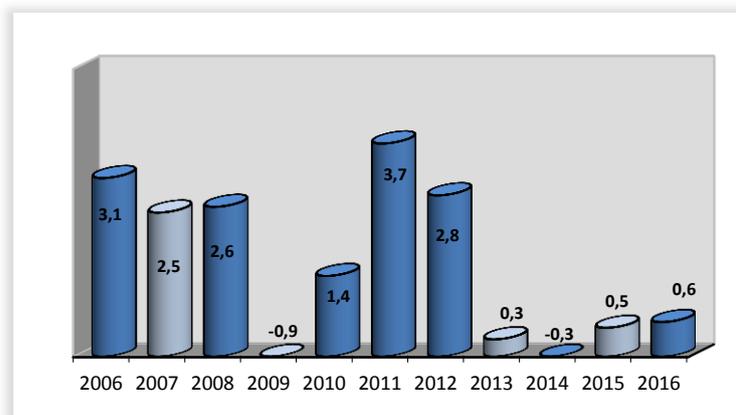
Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2016 e ano 2016

1.4. O Índice de Preços no Consumidor

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o indicador da inflação em 2016, registou uma taxa de variação média de 0,6%, comparando com o ano anterior de 0,5%. Dada a estabilização da inflação subjacente, o aumento da taxa de variação média anual do IPC entre 2015 e 2016 foi influenciada pela evolução dos preços dos produtos energéticos.

Nos últimos dez anos este indicador registou uma deflação, nomeadamente em 2009 e 2014 (-0,9% e -0,3% respetivamente) em resultado da diminuição da procura interna, diminuição dos preços dos produtos alimentares não transformados e diminuição dos preços dos produtos energéticos, designadamente dos combustíveis.

Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)



Fonte: INE - Índice de Preços no Consumidor – Dezembro de 2016

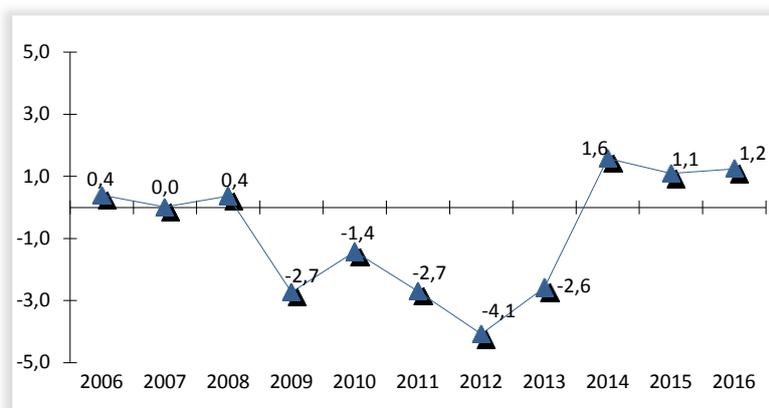
1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

De acordo com as Estatísticas de Emprego do INE, em 2016, a população ativa sofreu uma redução, ligeira de 0,3%. Já em 2015, também tinha registado uma diminuição de 0,6%. A população ativa situava-se em 2016 nos 5.178,2 mil indivíduos, traduzindo uma diminuição de 17 mil indivíduos face ao ano anterior.

No entanto, a população empregada em 2016 totalizou 4.605,2 mil indivíduos, registando um acréscimo homólogo de 1,2%. Já em 2015 também tinha apresentado um acréscimo de 1,1%.

Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)

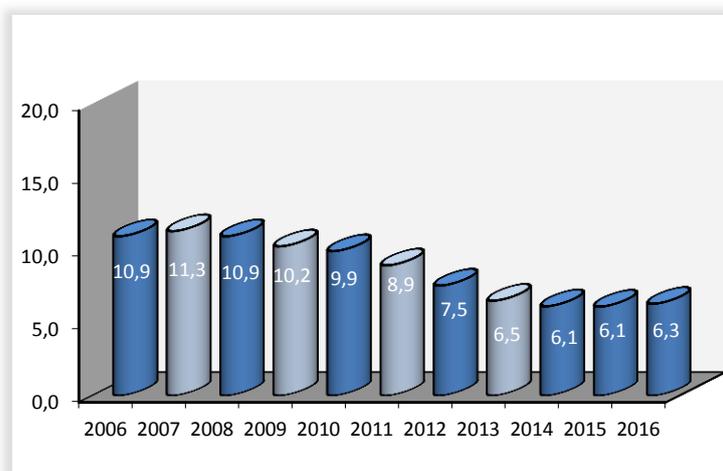


Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2016

O emprego no setor da construção, após anos de sucessivas diminuições, viu em 2016 um aumento de 4,5% comparando com o ano anterior (0,6%), totalizando cerca de 289,9 mil indivíduos (mais 12,4 que em 2015).

Este sector representa atualmente 6,3% no emprego total.

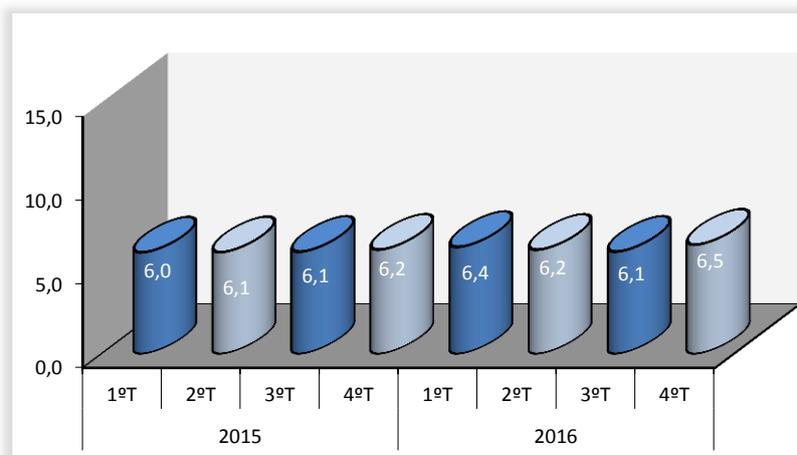
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2016

Em termos trimestrais, os anos de 2015 e 2016 foram muito semelhantes, não sofrendo grandes alterações no que respeita ao número de empregados no sector da construção.

Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2016

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SECTORIAIS

2.1. Contextualização

O sector português da construção encerrou 2016 com um desempenho negativo de -3,3% após ter apresentado em 2015, um Valor Bruto da Produção positivo de 1,5% invertendo a tendência de 13 anos de quebras consecutiva.

Este desempenho pouco favorável deveu-se ao quadro negativo do segmento de atividade de engenharia civil que apresentou uma variação de -8%. Apenas o segmento residencial apresentou uma variação positiva de 5%.

A atividade da construção movimenta vários sectores a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

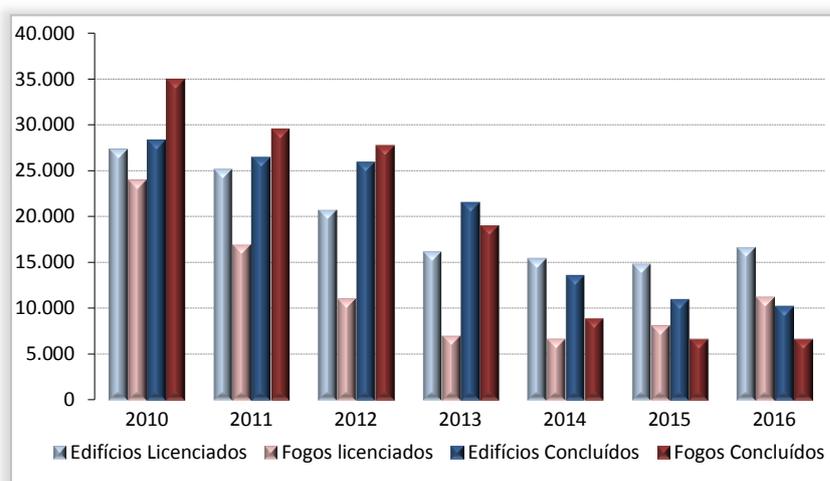
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 11, verifica-se que a tendência de evolução do número de edifícios licenciados¹ e concluídos² tem vindo a diminuir nos anos apresentados. Importa referir que até 2014 o número de fogos concluídos era sempre superior ao número de fogos licenciados significando a importância da conclusão das obras já iniciadas em detrimento do investimento em novo edificado. Em 2015 começa a verificar-se uma tendência contrária, embora muito ligeira e em 2016 consolida-se essa tendência licenciando-se 11,3 mil fogos e concluindo-se 6,7 mil.

Em 2016 foram licenciados cerca de 16,6 mil edifícios (cerca de +11,6% em relação a 2015, correspondendo a um acréscimo de 1,7 mil edifícios). Pelo contrário o número de edifícios concluídos foi de cerca de 10,3 mil edifícios, apresentando uma variação negativa de 6,6% face a 2015 (correspondendo a um decréscimo de cerca de 721 mil edifícios).

Refira-se ainda o acréscimo de licenciamento de fogos em construções novas: 11,3 mil licenciamentos em 2016, comparando com 2015 que registou os 8,1 mil, correspondendo a um aumento de cerca de 38%.

Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2016



Fonte: INE – Construção: Obras licenciadas e concluídas – 4º trimestre de 2016

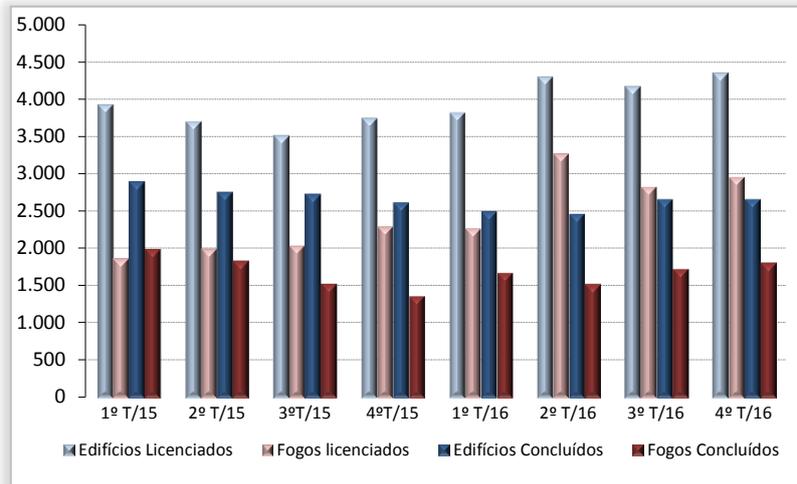
Numa análise trimestral, destaca-se o 4º trimestre de 2016, que foi aquele que se licenciou mais edifícios, dos quais 2,9 mil correspondem a fogos em construções novas.

¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios

Foram concluídos também neste trimestre 2,6 edifícios dos quais 1,8 correspondem a fogos em construções novas.

Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



Fonte: INE – Construção: Obras licenciadas e concluídas – 4º trimestre de 2016

Observando o quadro 5 verificam-se as regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos.

Assim, a região Norte é sempre a que representa mais em termos de fogos licenciados e a Região Autónoma da Madeira, a que representa menos.

Situação idêntica para o número de fogos concluídos.

Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos em construções novas por região

	licenciados						concluídos					
	2012	2013	2014	2015	2016	Total	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Norte	4.858	3.346	2.870	3.454	4.408	18.936	7.155	4.787	3.147	2.617	2.816	20.522
Centro	3.018	2.095	2.075	2.339	2.875	12.402	5.206	3.308	2.188	1.694	2.117	14.513
Área M. Lisboa	1.741	679	862	1.188	1.936	6.406	3.561	2.031	1.104	1.005	996	8.697
Alentejo	809	571	392	541	640	2.953	1.325	742	486	397	508	3.458
Algarve	543	399	425	496	1.093	2.956	1.160	725	528	581	452	3.446
R.A. Açores	263	229	171	255	233	1.151	534	478	172	232	233	1.649
R.A. Madeira	243	131	139	110	187	810	361	359	169	85	134	1.108
	11.475	7.450	6.934	8.383	11.372	45.614	19.302	12.430	7.794	6.611	7.256	53.393

Fonte: INE – Estatísticas da Construção e Habitação de 2016 – julho de 2017

2.3. Obras Públicas

O mercado das obras públicas, manteve-se em declínio, na sequência da implementação nos últimos anos de medidas orçamentais restritivas e redução de investimento público.

O montante total contratado registou uma diminuição de cerca de -26% em relação ao ano anterior. Também o número de contratos de empreitadas obras públicas reportados pelos Donos de Obra Pública ao portal BASE diminuiu em cerca de 16% face a 2015.

Como se observa no quadro, o peso do mercado das obras públicas no PIB e na FBCF tem vindo a diminuir de ano para ano.

Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
milhões de €								
Valor reportado pelos Donos de Obra Pública	4.847,3	2.571,3	2.612,6	1.697,4	2.284,3	1.592,9	1.065,1	788,7
Volume de Negócios em Obra	30.885,8	34.409,4	26.837,3	22.451,7	20.563,6	20.686,2	20.524,1	n.d.
em %								
Peso no PIB	2,8	1,4	1,5	1,0	1,3	0,9	0,6	0,4
Peso na FBCF Construção	22,6	12,2	13,7	10,9	16,9	12,3	7,8	5,9
Peso no Vol. de Negócios	14,8	7,7	9,8	7,6	11,1	7,7	5,2	n.d.

Fonte: portal BASE e IMPIC, I.P.

Nota: os dados referentes a 2016 são provisórios

2.4. Taxa de juro implícita

Em 2016, a taxa de juro média anual implícita³ fixou-se em 1,099%, diminuindo 0,17 p.p. face à taxa registada em 2015, observando-se uma redução contínua desde 2011. Em Dezembro, a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação situou-se em 1,028%.

Quadro 7 – Evolução da Taxa de juro implícita

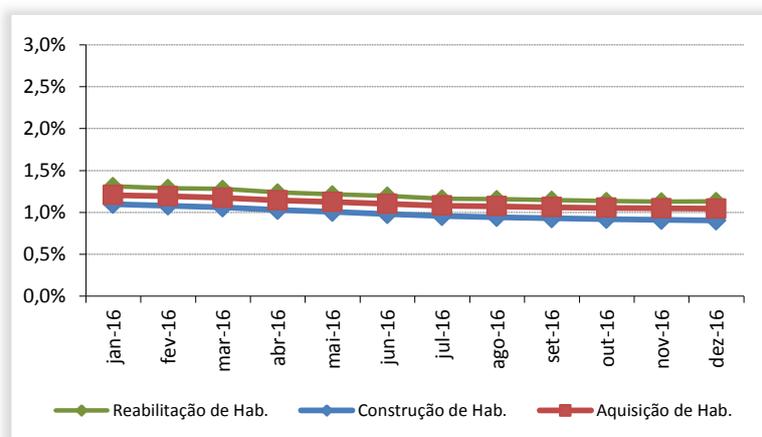
	Total	Aquisição
2013	1,442	1,463
2014	1,456	1,466
2015	1,269	1,276
2016	1,099	1,105

Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez.2016)

O valor médio do capital em dívida para a totalidade dos contratos de crédito à habitação situou-se, em 2016 em 51.796 euros (redução de 766 euros face a 2015).

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Gráfico 13 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez.2016)

Pela observação do gráfico, verifica-se que, em dezembro, a taxa de juro nos três segmentos manteve-se face aos meses anteriores: Reabilitação de habitação foi de 1,1%; para a Construção de habitação foi de 0,9% e para a Aquisição de habitação, a taxa de juro implícita foi de 1,0%.

Para o conjunto do ano de 2016, no destino de financiamento Aquisição de Habitação, a taxa de juro média situou-se em 1,105%, reduzindo 0,17 p.p. face a 2015.

2.5. Valores médios de avaliação bancária

Para o ano de 2016, o valor médio de avaliação bancária da habitação fixou-se em 1.073 euros/m², traduzindo-se num acréscimo de 3,8% face a 2015. Também nos segmentos dos apartamentos e nas moradias verificaram-se acréscimos de 3,4% e 4,2% respetivamente.

Relativamente a dezembro de 2016, o valor médio da avaliação bancária para o país fixou-se em 1.100 euros/m², correspondendo a um aumento de 0,8% face ao mês anterior e de 4,8% em termos homólogos.

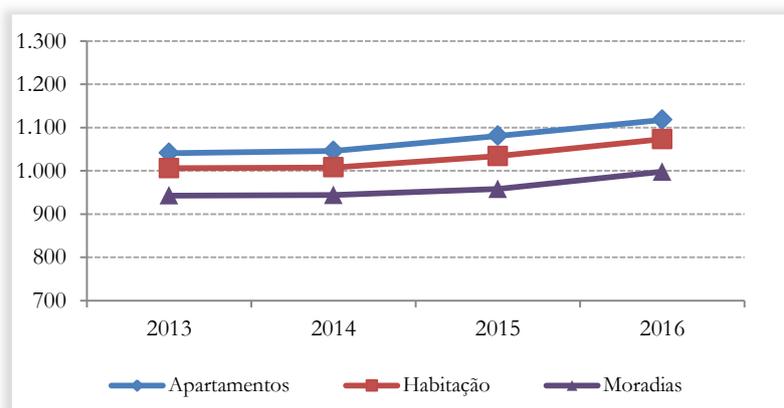
Quadro 8 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

	Dez-15	Jan-16	Fev-16	Mar-16	Abr-16	Mai-16	Jun-16	Jul-16	Ago-16	Set-16	Out-16	Nov-16	Dez-16
Portugal	1.050	1.047	1.049	1.048	1.054	1.060	1.065	1.068	1.073	1.076	1.081	1.091	1.100
Norte	923	925	926	930	929	933	938	941	947	950	954	960	971
Centro	857	853	850	859	867	883	880	881	876	880	886	892	898
Lisboa	1.272	1.266	1.282	1.268	1.275	1.276	1.291	1.295	1.301	1.306	1.308	1.321	1.330
Alentejo	910	911	906	901	906	905	907	911	914	915	914	929	947
Algarve	1.318	1.287	1.269	1.265	1.266	1.270	1.297	1.330	1.376	1.375	1.358	1.343	1.334
RA Açores	969	977	977	964	939	953	963	969	972	963	984	984	994
RA Madeira	1.236	1.230	1.226	1.165	1.179	1.171	1.196	1.163	1.166	1.168	1.205	1.221	1.231

Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez.2016)

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Ao observar o quadro verificamos, que no último mês do ano, a maioria das regiões registaram variações positivas, com exceção do Algarve que registou uma diminuição mas muito suave.

Gráfico 14 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)

Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez.2016)

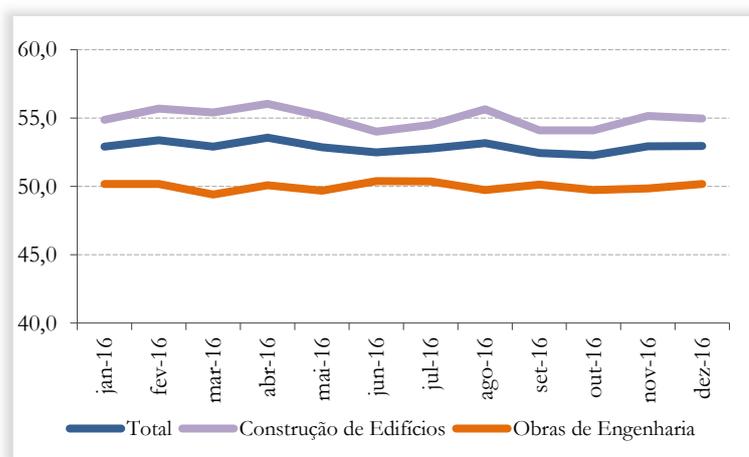
Verifica-se no gráfico 14 que o valor médio da avaliação bancária nos três segmentos tem aumentado ligeiramente ao longo dos quatro últimos anos. Em 2016 o valor dos apartamentos fixou-se em 1.118 euros/m² e das moradias em 988 euros/m².

2.6. Índice de Produção na Construção

O índice de produção na construção apresentou em 2016 uma redução de 3,3% (variação média anual de -2,3% em 2015).

Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento. A construção de edifícios apresentou, uma diminuição média anual de -1,6% e o segmento da engenharia civil, uma variação média de -5,8%

Gráfico 15 – Índice de produção na construção



Fonte: INE – Índices de produção, emprego e remunerações na construção (Dez.2016)

2.7. Vendas de cimento para o mercado interno

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do sector permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno. Em 2016 as vendas de cimento registaram uma ligeira quebra face a 2015, apresentando uma variação homóloga de -4,5% face a 2015.

Quadro 9 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

	2014					2015					2016				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	531	607	621	560	2.319	584	632	648	600	2.464	539	601	611	601	2.352
Var. Trimestral	-12,7	14,3	2,3	-9,8		4,3	8,2	2,5	-7,4		-10,2	11,5	1,7	-1,6	
Var. Homóloga	-10,5	-9,7	-7,9	-7,9		10,0	4,1	4,3	7,1		-7,7	-4,9	-5,7	0,2	

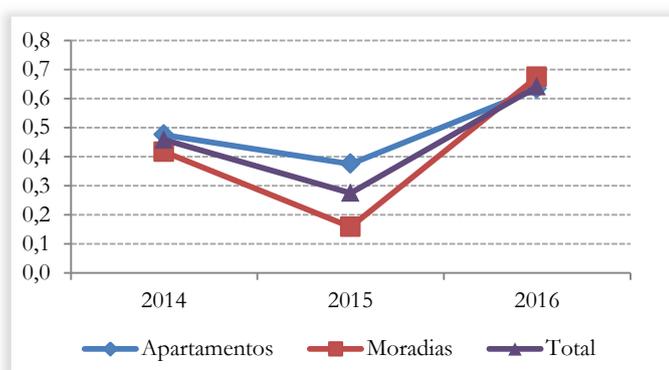
Fonte: dados cedidos ao IMPIC, I.P. pelas principais empresas portuguesas no sector

2.8. Índice de Custos de Construção

A variação média anual do índice de custos de construção de habitação nova fixou-se em 0,6% em 2016 (0,3 em 2015).

No último mês do ano este índice registou uma variação homóloga de 1,7% significando um acréscimo de 0,1 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior. A taxa de variação média anual do índice relativo ao segmento apartamentos foi de 0,6% e para o segmento moradias foi de 0,7%.

Gráfico 16 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)

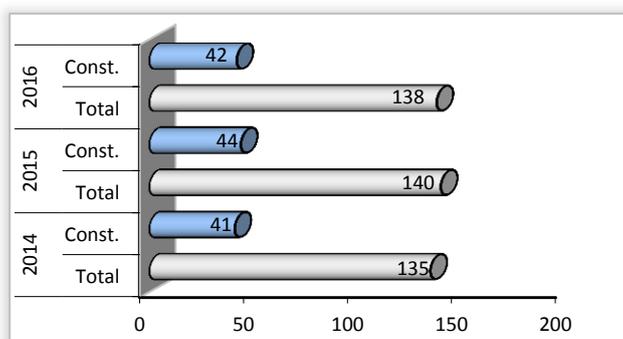


Fonte: INE – Índice de custos de construção de habitação nova (Dez.2016)

2.9. Segurança no Trabalho

O sector da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade. Segundo dados da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), o número de vítimas mortais diminuiu ligeiramente face a 2015 quer a nível geral como no sector da construção (uma diminuição de 44 para 42 vítimas mortais)

Gráfico 17 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos emitidos

A nova lei da construção, Lei n.º41/2015, de 3 de junho, veio estabelecer o novo regime aplicável ao exercício da atividade da construção, revogando o Decreto-Lei n.º12/2004, de 9 de janeiro, passando a existir o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Públicas (*Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas*) e o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Particulares (*Alvará de Empreiteiro de Obras Particulares e Certificado de Empreiteiro de Obras Particulares*).

Os Alvarás de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Alvarás no Decreto-Lei n.º12/2004, agora divididos em obra pública e obra particular e os Certificados de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Títulos de Registo, agora também divididos em obra pública e obra particular.

Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Em 2016⁴ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

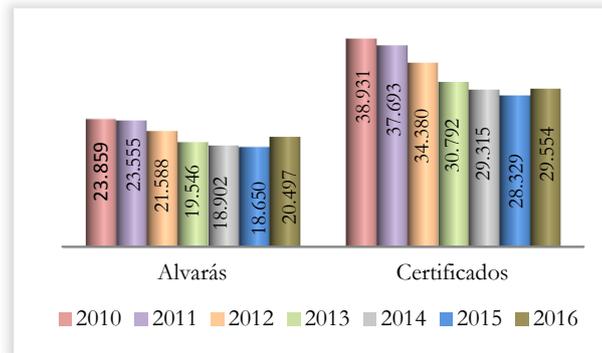
Quadro 10 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2016
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de 2016, existiam no sector da construção 20.497 empresas habilitadas com alvará (atual Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e de Obras Particulares) e 29.554 com Título de Registo (atual Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas e Obras Particulares).

⁴ A Portaria n.º119/2012, de 30 de abril com a retificação n.º27/2012 de 30 de maio estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de alvará ficam autorizados a executar

Gráfico 18 – Títulos habilitantes válidos 2010/2016



Fonte: IMPIC, I.P.

Desde 2010 que o número de empresas detentoras de Alvarás e Certificados tem vindo a decrescer. 2016 inverteu essa tendência e no final do ano verificou-se a existência de 50.051 títulos habilitantes na área da construção, com um acréscimo de 6,5% face ao ano anterior. Os alvarás, apresentaram um crescimento de 9,9% e os certificados, um crescimento de 4,3% face a 2015.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um aumento de alvarás na maioria das classes, com exceção das classes 1 e 9. No final de 2016, cerca de 52% (10.666) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1, no entanto a classe 2 foi a que obteve maior aumento de número de empresas relativamente a 2015 (mais 2.378 empresas).

Quadro 11 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Peso	Varição 2016/2015
Classe 1	15.614	14.958	14.580	14.511	13.037	11.811	11.375	11.619	10.666	52,0%	-8,2%
Classe 2	2.840	3.393	3.465	3.399	3.295	3.025	2.963	2.940	5.318	25,9%	80,9%
Classe 3	2.834	2.673	2.590	2.450	2.219	1.950	1.848	1.739	1.810	8,8%	4,1%
Classe 4	1.632	1.635	1.614	1.546	1.448	1.282	1.252	1.099	1.271	6,2%	15,7%
Classe 5	948	1.007	1.018	1.036	1.035	954	955	804	930	4,5%	15,7%
Classe 6	290	323	321	334	291	274	260	219	255	1,2%	16,4%
Classe 7	120	126	135	132	123	115	120	117	129	0,6%	10,3%
Classe 8	38	43	40	44	42	45	46	36	43	0,2%	19,4%
Classe 9	84	86	96	103	98	90	83	77	75	0,4%	-2,6%
Total	24.400	24.244	23.859	23.555	21.588	19.546	18.902	18.650	20.497	100,0%	9,9%

Fonte: IMPIC, I.P.

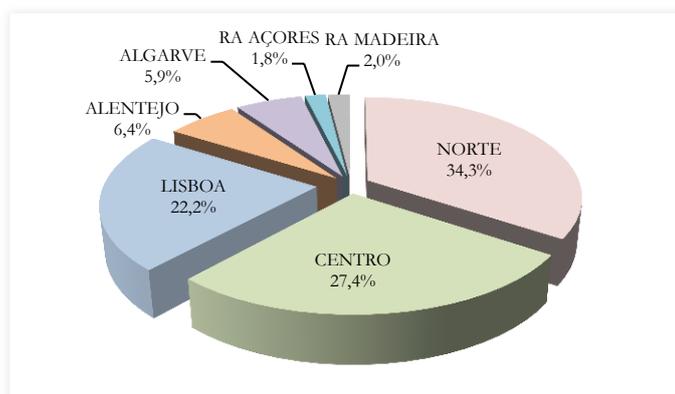
O número de empresas detentoras de alvará nas três primeiras classes atingiu 87% (17.794) do total das empresas registadas. Saliente-se o facto de a classe 1 e 2 representarem cerca de 78% do mercado, ou seja, $\frac{3}{4}$ das empresas de construção, podendo executar obras até 332.000€.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (Nuts II), verifica-se que as regiões do Norte e Centro detêm um maior número de empresas com alvará, respetivamente 34,3% e 27,4%.

Em termos de distritos, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 19% do total de agentes económicos detentores do país, logo seguida do Porto com cerca de 14,5%.

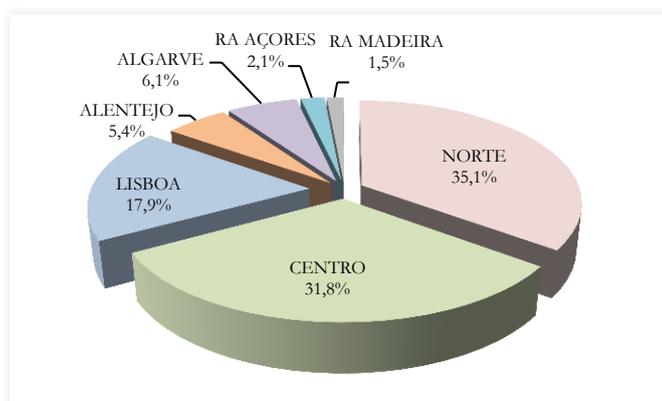
Gráfico 19 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2016)



Fonte: IMPIC, I.P.

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de Título de Registo. O Norte é detentor de 35,1% dos Títulos de Registo e o Centro, de 31,8%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca de 15,7% de empresas detentoras de Título de Registo e o Porto detém 14,3%.

Gráfico 20 – Distribuição de Certificados por Região Nuts II (2016)



Fonte: IMPIC, I.P.

3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2015

3.2.1. Sector da construção

A atual Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e que revogou o anterior Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, determina que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de capital próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada, tendo em conta os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira. Assim, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função de, entre outros, valor do Capital Próprio, indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira⁵.

Tendo por base as demonstrações financeiras de uma amostra de 15.989 empresas (cfr. quadro infra), relativas ao ano de 2015, correspondendo a cerca de 86% do número total de empresas que no final de 2015 eram, detentoras de alvará (18.650), é possível uma caracterização genérica das empresas de construção reguladas pelo IMPIC.

Quadro 12 – Amostra das empresas objeto de análise

Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Nº Alvarás válidos	11.619	2.940	1.739	1.099	804	219	117	36	77
Nº empresas Amostra	9.320	2.699	1.681	1.077	777	211	114	36	74

Fonte: IMPIC, I.P.

Muitas das características do tecido empresarial de determinada atividade são evidenciadas pela análise da situação económica e financeira das empresas, tendo em consideração alguns indicadores económico-financeiros, designadamente, *Liquidez Geral*, *Autonomia Financeira*, *Rentabilidade dos Capitais Próprios*, *Custos com o Pessoal* e *Volume de Negócios*, com base no cálculo dos quartis superior, inferior e mediana.

Procede-se a uma análise/comparação da documentação fiscal (Balanço e Demonstração de Resultados) da amostra de empresas mencionada. A documentação em causa reporta-se ao ano fiscal de 2015 e foi disponibilizada ao IMPIC no âmbito do processo de revalidação anual de alvarás para 2017. Assim:

⁵ N. 2 do art. 11.º do referido diploma.

Liquidez Geral⁶

O rácio de *Liquidez Geral* traduz a capacidade de uma empresa satisfazer e assumir os compromissos de curto prazo. Sendo um dos indicadores cujo cumprimento é exigido pela Lei n.º 41/2015, de 3 de junho⁷, as empresas detentoras de alvará em classe máxima superior à 2 não podem deter menos de 100% neste rácio, no exercício em análise ou na média dos três últimos exercícios.

Em 2015, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma *Liquidez Geral* superior a 129%, ligeiramente superior ao verificado em 2014 (126%).

Quadro 13 – Liquidez Geral

Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	377%
	Mediana	198%
	Quartil Inferior	129%

Fonte: IMPIC, I.P.

Pela análise do quadro 13, verifica-se que a mediana neste indicador foi de 198%. O quartil inferior foi de 129%, valor acima do limite legal vigente (100%).

No entanto 1.517 empresas (cerca de 11%) apresentaram uma liquidez com valor inferior a 100%, sendo que cerca de 86% são detentoras de classe 1 ou 2. Verifica-se ainda que 216 empresas, detentoras de alvarás e classe superior à 2, demonstraram em 2015 fortes dificuldades em manter a mesma classe de alvará por incumprimento deste indicador.

Quadro 14 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.113
Classe 2	188
Classe 3	99
Classe 4	43
Classe 5	48
Classe 6	12
Classe 7	4
Classe 8	1
Classe 9	9
Total	1.517

Fonte: IMPIC, I.P.

⁶ $Liquidez\ Geral = \frac{Activo\ corrente}{Passivo\ Corrente}$

⁷ N.º 2 do art. 11.º do referido diploma

Autonomia Financeira⁸

A Autonomia Financeira é outro dos indicadores exigidos para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior à 2.

Quadro 15 – Autonomia Financeira

Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	57,4%
	Mediana	34,9%
	Quartil Inferior	17,3%

Fonte: IMPIC, I.P.

Tendo por referência o limite mínimo atualmente exigido (5%) às empresas da classe superior a 2, verifica-se que 1.539 empresas (cerca de 11% das empresas analisadas) apresentaram um rácio inferior àquele limiar, não cumprindo assim este requisito.

Quadro 16 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.211
Classe 2	165
Classe 3	75
Classe 4	41
Classe 5	29
Classe 6	6
Classe 7	3
Classe 8	2
Classe 9	7
Total	1.539

Fonte: IMPIC, I.P.

Rentabilidade dos Capitais Próprios⁹

Este é um indicador que reflete a capacidade de sobrevivência financeira da empresa e a potencialidade de atrair capitais próprios alheios.

Quadro 17 – Rentabilidade dos Capitais Próprios

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	20,77%
	Mediana	5,6%
	Quartil Inferior	0,6%

Fonte: IMPIC, I.P.

Saliente-se que neste indicador os valores dos quartis aumentaram em 2015 comparando com o ano anterior. As empresas situadas no quartil inferior têm uma reduzida capacidade de remunerar capitais

⁸ $Autonomia\ financeira = \frac{Capital\ Próprio}{Activo\ Líquido\ Total}$

⁹ $Rentabilidade\ dos\ capitais\ próprios = \frac{Resultado\ Líquido\ do\ Exercício}{Capital\ Próprio}$

investidos, o que se poderá dever a um baixo valor de resultados líquidos, no entanto o valor médio em 2015 de resultados líquidos foi superior à média apurada em 2014.

Custos com o Pessoal

Este indicador evidencia, de certa forma, a dimensão da empresa, dado apresentar uma correlação direta com a classe máxima detida no alvará.

Em 2015, verificou-se um aumento, face a 2014 dos valores em gastos com pessoal em todos os quartis. Metade das empresas apresentou um valor de gastos com pessoal superior a 76.054€, o que significa um aumento de 5,2% face ao apurado em 2014 (72.286€).

Quadro 18 – Custos com Pessoal

Custos com Pessoal (€)	Quartil Superior	186.162€
	Mediana	76.054€
	Quartil Inferior	36.200€

Fonte: IMPIC, I.P.

Volume de Negócios¹⁰

Este indicador também apresenta uma correlação direta com a classe máxima detida no alvará, à semelhança dos custos com pessoal.

Quadro 19 – Volume de Negócios em Obra

Volume de Negócios em Obra (€)	Quartil Superior	723.675€
	Mediana	277.423€
	Quartil Inferior	117.402€

Fonte: IMPIC, I.P.

Em 2015, metade das empresas apresentou um volume de negócios superior a 277.423€, traduzindo-se num aumento de 8,8% face ao apurado em 2014 (254.900€).

¹⁰ O Volume de negócios reporta-se a toda a atividade da empresa, e não apenas ao valor afeto à atividade da construção

4. A EUROPA

4.1. Portugal e os países do *Euroconstruct*¹¹

Segundo dados do *Euroconstruct*, em Portugal a taxa de “output” no sector da construção, em 2016 voltou, a apresentar um valor negativo (-1,5%) após ter registado em 2015 uma taxa positiva de 3,5%. Na última década este sector tem registado taxas de “crescimento” sempre negativas, destacando-se 2012 e 2013 com -15,5% e -14,5%, respetivamente. Importa ainda referir que Portugal foi um dos mais atingidos pela recessão nestes últimos anos, registando diminuições no PIB de -4,0% em 2012. No entanto tendo em conta a última Conferência deste Grupo de trabalho realizada em Amesterdão em Junho de 2017, prevê-se para Portugal que o PIB cresça para 1,8% e 1,9% em 2017 e 2018 respetivamente.

Os anos de 2008 a 2013 foram drásticos para os países da União, provocando recessões em vários Estados Membros e conduzindo a quedas acentuadas na produção da construção.

Segundo a mesma fonte, destaque-se a Irlanda que apresentou em 2016, uma taxa de variação positiva na produção da construção de 12,5% e em sentido inverso, a Hungria com uma taxa de variação negativa de -20,1%. Já Espanha, registou uma taxa de variação na produção da construção de 1,8% e prevê-se que em 2017 cresça, tal como para Portugal para 3%.

Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (p)	2018 (p)
Portugal	-4,8	-9,8	-6,2	-10,0	-15,5	-14,5	-1,0	3,5	-1,5	3,0	4,5
Países do <i>Euroconstruct</i>	-3,7	-8,9	-3,3	0,3	-6,3	-2,4	1,0	1,8	2,5	2,9	2,5

Fonte: 83rd *Euroconstruct Conference*

Notas: (p):previsto

No mercado da construção o segmento dos edifícios residenciais, em Portugal registou um aumento de 5,3%. Já em 2015 tinha registado um aumento considerável face aos anos anteriores (7,9%), prevendo-se que em 2017 esta variação seja semelhante neste segmento.

Já nos países do *Euroconstruct*, este segmento apresentou também uma variação positiva em 2016, (5,0%), estimando-se que 2017 continue com este crescimento.

¹¹ Áustria, Bélgica, Republica Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça e Inglaterra.

Quadro 21 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017(p)	2018(p)
Construção Nova	-13,0	-30,0	-20,0	-13,0	-28,0	-25,0	-8,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Renovação	-2,5	-3,0	-1,0	-3,5	-5,0	-1,0	0,0	10,0	6,0	7,0	9,0
Total residencial	-9,7	-20,8	-12,1	-8,5	-16,6	-11,4	-2,9	7,9	5,3	6,0	7,4
Países do Euroconstruct											
Construção Nova	-16,4	-22,5	-6,1	3,3	-8,4	-2,4	1,7	4,1	8,8	6,8	3,7
Renovação	-0,2	-3,9	1,3	1,1	-2,6	-1,0	1,0	1,2	2,3	1,5	1,4
Total residencial	-8,5	-12,7	-1,8	2,0	-5,0	-1,6	1,3	2,4	5,0	3,7	2,4

Fonte: 83^a Euroconstruct Conference

Notas: (p):previsto

No segmento dos edifícios não residenciais, Portugal, em 2016, registou uma quebra de -0,1%, após ter registado em 2015 um crescimento de 1,1%. No entanto para 2017 prevê-se que cresça 0,3% neste segmento.

Para a média dos países do Euroconstruct, a variação em 2016 nos edifícios não residenciais, foi positiva com 2,0%, perspetivando-se para 2017 e 2018 variações de produção também positivas.

Quadro 22 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017(p)	2018(p)
Construção Nova	1,0	-4,0	-8,5	-17,0	-14,0	-19,0	-2,0	0,0	-1,0	0,0	2,0
Renovação	1,0	5,0	20,0	-5,0	-9,0	-10,0	3,0	4,0	2,0	1,0	4,0
Total Não residencial	1,0	-2,5	-3,5	-14,4	-12,8	-16,7	-0,6	1,1	-0,1	0,3	2,6
Países do Euroconstruct											
Construção Nova	0,8	-14,0	-7,4	-0,6	-7,1	-4,1	-0,4	-0,5	2,5	2,8	1,9
Renovação	0,9	-3,4	-2,5	0,7	-3,2	-1,5	1,9	0,6	1,4	1,7	1,7
Total Não residencial	0,8	-9,5	-5,2	0,0	-5,3	-2,9	0,7	0,0	2,0	2,3	1,8

Fonte: 83^a Euroconstruct Conference

Notas: (p):previsto

O segmento da engenharia civil apresentou, em 2016, uma variação negativa tanto para Portugal como para os países do Euroconstruct, -11,4% e -1,8%, respetivamente, intensificando a ideia da implementação de medidas restritivas em obras públicas neste segmento. No entanto estima-se que, em Portugal, o segmento da Engenharia Civil registe um crescimento já para 2017.

Quadro 23 – Engenharia Civil (Variação da produção %)

Portugal	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (p)	2018 (p)
Infra-estruturas de Transporte:											
Estradas	0,0	3,0	-1,0	-9,0	-22,0	-20,0	-2,0	-1,0	-16,0	-2,0	1,0
Caminhos de ferro	-1,0	1,0	-1,5	-12,5	-23,0	-32,0	2,0	-2,0	-11,0	-2,0	0,0
Outros	0,0	4,0	-4,0	-0,5	-3,0	-28,0	-15,0	-3,0	-24,0	-3,0	2,0
Total	-0,2	2,6	-1,3	-9,3	-21,0	-23,0	-2,2	-1,3	-15,6	-2,1	0,9
Total da Engenharia Civil	-0,6	2,5	-0,8	-8,2	-16,4	-16,4	1,0	0,2	-11,4	0,8	1,6
Países do Euroconstruct											
Total da Engenharia Civil	0,4	0,0	-3,4	-2,6	-10,1	-3,5	0,9	3,5	-1,8	2,0	3,6

Fonte: 83^ª Euroconstruct Conference

Notas: (p):previsto

5. SÍNTESE

Nestes últimos anos as economias europeias bem como as dos países emergentes sofreram alterações profundas na sua atividade.

Este cenário é claramente um dos efeitos da recente crise que a Europa atravessou, podendo dividir-se em duas fases (2008-2011) quando o mercado da construção caiu cerca de 15%, a estagnação em 2011 e, posteriormente, um “duplo mergulho” inesperado no período (2012-2013), durante o qual o sector reduziu para mais de 7%.

Também importa referir, que como consequência deste cenário, os três segmentos do setor, mercado residencial, não residencial e engenharia civil, viram os seus níveis de investimento reduzirem bastante, ora pela imposição e medidas restritivas ao investimento público por parte dos governos, ora pelo endividamento dos contribuintes, acompanhado de uma taxa de desemprego elevada, ora pela falta de liquidez das entidades bancárias. Tudo isto influenciou gravemente o setor da construção que sendo um setor que funciona como barómetro da economia, acabou por diretamente afetar a atividade económica.

No entanto é salientar que 2014, foi o ano em que registou algum crescimento e 2015 veio consolidar e tornar visível esse mesmo crescimento na maior parte dos indicadores macroeconómicos e no próprio setor da construção.

Segundo as projeções do Banco de Portugal, para o período 2017-2019, apontam para uma continuação de um crescimento moderado da economia portuguesa, em linha com a evolução projetada para o conjunto da área do euro. Assim, após um aumento de 1,4%, em 2016, o Produto Interno Bruto português deverá aumentar 1,8% em 2017 e 1,7% em 2018 refletindo o dinamismo do investimento empresarial e das exportações que será acompanhado pelo aumento de emprego no sector privado e pela redução contínua da taxa de desemprego.

Por seu turno, o consumo privado, apesar de uma melhoria no mercado, manter-se-á condicionado pelo baixo crescimento dos salários reais e pela necessidade de continuação do processo de redução do nível de endividamento das famílias.

A economia portuguesa continua a enfrentar grandes desafios. Por um lado, é importante garantir um aumento significativo da produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Por outro lado, importa intensificar os progressos observados na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados que ainda caracterizam a economia portuguesa.

6. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IIEFP	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Sector da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Contratos de Empreitadas de Obras Públicas	Portal BASE / IMPIC
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Certificados de Empreiteiros	IMPIC
		Insolvências	
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no IMPIC, I.P.	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais e de Obras de Engenharia Civil	Euroconstruct
		Variação do PIB	